

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLICIA MILITAR
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM AÇÕES DE SEGURANÇA
PÚBLICA NA ÁREA DA 15ª CIPM DO ESTADO DE GOIÁS EM
GOIÂNIA**

DANIEL PATROCÍNIO DE MORAES – CADETE PM

GOIÂNIA
2015

DANIEL PATROCÍNIO DE MORAES

**A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM AÇÕES DE SEGURANÇA
PÚBLICA NA ÁREA DA 15ª CIPM DO ESTADO DE GOIÁS EM
GOIÂNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Comando da Academia
de Polícia Militar do Estado de Goiás
(CAPM), como requisito parcial à
conclusão do Curso de Formação de
Oficiais (CFO), sob a orientação do
docente Capitão André Luiz Diques da
Costa.

GOIÂNIA
2015

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NA ÁREA DA 15ª CIPM DO ESTADO DE GOIÁS EM GOIÂNIA¹

Daniel Patrocínio de Moraes²

RESUMO

A segurança pública sempre foi um dos principais anseios da sociedade, sendo a Polícia Militar responsável pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. No entanto, com advento da nossa Carta Magna a responsabilidade pela manutenção e preservação da ordem pública foi atribuída não só ao Estado, mas a toda comunidade. Desta forma, com objetivo de reduzir a criminalidade e garantir uma convivência saudável, foi criado o policiamento comunitário, o qual é considerado o marco da evolução das atividades relacionadas à segurança pública. Essa nova modalidade de policiamento é caracterizada pela união da polícia com a população, sendo hoje claramente evidenciada no cotidiano do cidadão goianiense. A população foi chamada a participar dos problemas que geram insegurança, criando uma corresponsabilidade entre órgãos públicos e sociedade. A nova filosofia de policiamento traz para a comunidade não só direitos, mas, deveres. Assim, nasce a necessidade de verificar a participação social em ações relacionadas à segurança pública, sendo os líderes comunitários e presidentes de CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança) de suma importância nesse estudo. Destarte, foi escolhida a 15ª CIPM (Companhia Independente da Polícia Militar) para estudos e análises, evidenciando-se que a população vem contribuindo cada vez mais com as ações relacionadas a segurança pública e que os representantes da comunidade são o elo fundamental para o chamamento e demonstração da importância da cooperação de cada cidadão nesse processo.

Palavras-Chave: Segurança Pública. Corresponsabilidade. Participação Social.

ABSTRACT

Public safety has always been one of the main aspirations of society, and the military police responsible for the ostensible policing and preservation of public order. However, with the advent of our Constitution responsibility for the maintenance and preservation of public order has been attributed not only to the State but to the whole community. Thus, in order to reduce crime and ensure a healthy living has been set up community policing, which is considered the milestone of the development of activities related to

¹ Artigo apresentado ao Comando da Academia de Polícia militar do Estado de Goiás como requisito parcial para conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO). Orientado por: capitão André Luiz Dignes da Costa. Coorientado por: tenente Thaise Francisca Nunes Gonçalves.

² Aluno do Curso de Formação de Oficiais, graduado em Direito pela faculdade Uni-Anhanguera e Gestor em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás.

public safety. This new policing method is characterized by the Police union with the population and is now clearly evident in goianiense citizen's daily life. The population has been called to share the problems that generate insecurity, creating a shared responsibility between government agencies and society. The new philosophy of policing brings to the community not only rights but duties. Thus is born the need to check social participation in actions related to public safety, and community leaders and presidents of CONSEG (Security Community Councils) of paramount importance in this study. Thus, it chose the 15th CIPM (Independent Company of the Military Police) for studies and analysis, showing that the population is increasingly contributing to the actions related to public safety and community representatives are the key link to the call and demonstration of the importance of cooperation of all citizens in this process.

Keywords: Public Safety. Responsibility. Social Participation.

INTRODUÇÃO

O tema sobre a segurança pública está cada vez mais ganhando destaque nos trabalhos acadêmicos e jornalísticos, isto devido a crescente sensação de insegurança vivenciada no Brasil. Tal desconforto preocupa não só as autoridades policiais, mas autoridades políticas e a sociedade em geral.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na segurança pública brasileira, pois chamou a sociedade para participar das ações que se destinam a construir uma segurança pública de qualidade, criando uma corresponsabilidade entre comunidade e Estado. Levando em consideração esse dever social não podemos atribuir a responsabilidade pelos crimes unicamente à polícia, pois é necessário analisar qual a relevância da participação social nas ações de segurança pública.

Desta forma, verificar a atuação da sociedade no combate e na prevenção dos índices de criminalidade é de suma importância para traçar ações e chamar responsabilidades. Neste contexto, um dos objetivos do presente artigo é mensurar as atividades realizadas pelos líderes comunitários em prol da segurança pública e os benefícios que o trabalho em conjunto entre polícia militar e comunidade traz no sentido de diminuir a sensação de insegurança, em especial na área da 15ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM), pois essa Companhia, situada em Goiânia, foi originada com base na filosofia do policiamento comunitário, demonstrando a eficácia da união da sociedade com a polícia militar na busca da preservação e manutenção da ordem pública.

Assim, será analisado o mérito dos Conselhos Comunitários de Segurança na implantação de programas de combate a criminalidade e explorado os métodos de

campanhas educativas que atualmente vem sendo desenvolvidos com objetivo de orientar a população sobre condições e formas de segurança. Apesar de a mídia não ser o tema central do trabalho, alguns pontos cruciais devem ser desenvolvidos, pois é difícil falar no aumento da sensação de insegurança e de desconfiança da sociedade em relação à polícia militar sem citar o trabalho que hoje é desenvolvido pelos meios de comunicação. Não obstante, é mister discutir a função dos meios de comunicações no sentido de auxiliar na divulgação de reuniões comunitárias, dicas de segurança e de ocorrências repressivas, esta última com o intuito de mostrar à comunidade o serviço realizado pelos profissionais de segurança pública e desestimular o criminoso.

Para alcançar os objetivos propostos será utilizado como base de estudo a 15ª CIPM, a qual é fruto da luta de moradores e líderes comunitários. Destarte, no presente trabalho necessário se faz a referência da Constituição Federal de 1988, de livros, artigos, trabalhos acadêmicos e entrevistas realizadas com representantes da sociedade que trabalham na área da 15ª CIPM. Esses materiais são imprescindíveis para discussão sobre a importância das lideranças comunitárias e para o debate sobre a implantação de programas de combate a criminalidade. Além do mais, são excelentes auxiliares para discutir a importância e eficácia das campanhas educativas que visem orientar a população sobre condições e formas de segurança e na parceria que deve ser buscada junto aos meios de comunicação.

Vale lembrar, que a sociedade ainda tem um problema cultural, pois leva todos os seus desentendimentos e problemas ao crivo da polícia militar, a qual é acionada para resolver discussões familiares ou de vizinhos, deliberar questões referentes ao excesso de barulho, problemas de trânsito, vandalismo, doentes mentais, pessoas desaparecidas, dentre outros. Este trabalho em grande parte não é valorizado, sendo a polícia militar constantemente penalizada e massacrada pelos meios de comunicação e pela própria comunidade.

A sociedade deve ser vista como parceira efetiva da polícia militar, quebrando de vez o paradigma da polícia tradicional, onde a repressão era o centro do trabalho. A mídia tem um papel fundamental nesse contexto e por isso existe a necessidade de investir e buscar apoio junto aos meios de comunicação, para que todos participem do processo de prevenção e controle da criminalidade, onde a polícia saiba quais são os problemas e anseios daquela comunidade, podendo dessa forma traçar metas efetivas que vão ao encontro de seus objetivos.

Assim, é evidente a indispensabilidade de se formar conselhos de segurança eficientes e a necessidade de implantar um vínculo efetivo de parceria com a sociedade, atribuindo responsabilidades da sensação de insegurança a outros órgãos estaduais e municipais, a mídia e a própria comunidade, chamando a responsabilidade para todos e implantando um conjunto integrado de ações para prevenir e controlar o crime.

Sabe-se da importância da corresponsabilidade nas ações que envolvem a segurança pública na cidade de Goiânia, em especial na área da 15ª CIPM, mas, afinal, qual o grau de participação da sociedade junto à polícia militar na prevenção e controle do crime na área da 15ª CIPM?

Na busca de uma resposta para esse problema nada mais natural que buscar os representantes da comunidade, sejam os Presidentes de CONSEG ou líderes comunitários. O primeiro representa de fato e de direito a comunidade local, isto devido os Conselhos Comunitário terem surgido através de regulamento próprio que criam mecanismos de participação da sociedade junto as ações de segurança. Tem atuação em diversos Setores da cidade. O segundo surgiu para buscar melhorias à população de um determinado Setor da Cidade, se destaca junto aos moradores locais e representa sua comunidade junto às autoridades constituídas, seja na área da segurança, saúde, educação etc.

Devido a isso, os representantes da comunidade podem relatar os resultados obtidos com a união da polícia militar com a comunidade local e dizer se a sociedade vem conscientizando de seu dever e participando das ações que envolvem a segurança pública.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA

Com o término da ditadura militar a sociedade esperava e reivindicava uma polícia cidadã, respeitadora de direitos civis, políticos e sociais, por isso o constituinte reservou um capítulo específico da Constituição Federal de 1988 para tratar da segurança pública, dispondo no artigo 144 sobre a temática.

A segurança pública é algo que preocupa a sociedade e governantes, pois com os diversos problemas sociais o clima de insegurança vem assolando todo o país, chegando até mesmo nas pequenas cidades interioranas. Debates e ações são propostos para resolver o problema, entretanto ainda temos muitas pessoas que pensam ser a

manutenção e preservação da segurança pública obrigação única e exclusiva obtida através de ações estatais, ações estas policiais.

O conceito de segurança pública é amplo. Como bem traz Marcineiro e Pacheco (2005), para se obter o estado antidelitual as diversas regras tuteladas pelo Estado devem ser obedecidas, sendo que as ações policiais repressivas e preventivas serão utilizadas para afastar todo o perigo que possa comprometer a ordem pública, mesmo que para isso tenha-se que restringir direitos individuais.

Por ser amplo, tal conceito implica também uma difícil conceituação do termo “ordem pública”. Hipólito e Tasca (2012, p.89) descrevem que “esta falta de consenso da definição do termo emerge justamente da variedade de atuações da polícia na preservação da ordem pública, no objeto de seu trabalho amplo e complexo”.

Devido à amplitude e complexidade do tema, o constituinte buscou disciplinar um novo modelo de policiamento que vinha dando certo em outros países. Para tanto, se fazia necessário quebrar os paradigmas da velha polícia tradicional, repressora e arbitrária, criando mecanismos que aproximassem a polícia e comunidade, tornando a polícia amiga e confiável, criando um círculo de direitos e responsabilidades.

É muito cômodo a sociedade cobrar e atribuir responsabilidades pela sensação de insegurança ao Estado, uma sociedade sem deveres e que possui muitos direitos. A Constituição Federal foi um marco para definir e garantir vários direitos que vêm a preservar a dignidade da pessoa humana, contudo, não ficou só nisso, atribuiu também responsabilidades ao cidadão. Um dos pontos desses deveres está explícito no artigo 144, quando o constituinte dispôs que “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”. Assim, como bem ensina Bulos (2001, p. 1024), “a segurança pública não se resume a uma questão de polícia”.

O dever não é único e exclusivo do Estado, existe uma corresponsabilidade. Moraes (2010) exemplifica bem essa divisão de responsabilidade ao dizer que:

Devemos conscientizar-nos de que os temas da segurança pública não pertencem apenas às polícias, mas dizem respeito aos órgãos governamentais que se integram, por via de medidas sociais de prevenção ao delito. A comunidade não deve ser afastada, mas convidada a participar do planejamento e da solução das controvérsias que respeitem a paz pública. (MORAES, 2010, p. 814-815).

Destarte, para atender os novos anseios da sociedade começou-se a implantar no Brasil um modelo de policiamento conhecido como policiamento comunitário, policiamento interativo, policiamento solidário ou polícia cidadã, que

buscava estabelecer uma relação de confiança e corresponsabilidade na elaboração da segurança pública.

Esse modelo de policiamento enfrentou grande resistência e dificuldades, contudo hoje é visto com bons olhos. Kahn (2002, p.7), afirma que “o policiamento comunitário é uma das poucas unanimidades hoje encontradas na esfera da segurança pública. Policiais acadêmicos, jornalistas, governos e Organizações Não Governamentais (ONGs), todos parecem ver a ideia com simpatia”.

Esta estratégia organizacional fundamental na filosofia de polícia comunitária foi bem recebida pelas polícias militares que iniciaram sua aplicação no Brasil e, atualmente, de maneira expressa ou não, o discurso e a prática da polícia comunitária estão presentes na quase totalidade das instituições policiais brasileiras. (HIPÓLITO E TASCA apud KAHN, 2012, P.103).

O policiamento comunitário tem o foco de buscar parcerias e soluções para os problemas referentes à segurança pública. Kahn (2002) retrata bem a importância desse trabalho conjunto, pois somente com a união de esforços é possível a identificação, priorização e resolução de problemas que possam trazer prejuízo à segurança pública.

Assim, focado no novo modelo de policiamento deve-se buscar parcerias e atribuir responsabilidades da insegurança não só à Polícia Militar, mas a um conjunto de fatores no qual inclui a inércia da própria sociedade.

Barros (2006) em sua obra trabalha bem a corresponsabilidade entre polícia e sociedade ao descrever que a luta relacionada a questões de segurança pública não deve ser função exclusiva das instituições repressoras do Estado. Todos devem estar juntos nessa empreitada, a comunidade deve se fazer presente em organizações não governamentais, órgãos públicos e ações voluntárias.

Leal e Heitor Piedade (2003 apud SANTOS, 2001) também destacam a responsabilidade que tem a sociedade na manutenção e preservação da ordem pública, afirmando que a polícia jamais irá resolver os problemas se os cidadãos não tiverem a consciência da sua participação na busca da ordem, respeito às leis e compreensão do indivíduo como parte integrante do meio que vive.

O trabalho conjunto entre polícia militar, população local e poder público é de suma importância na busca de uma convivência saudável e como traz Micheloni (2003, p.42), “não basta sitiar as cidades com policiais, armas e munições, e sim, que há necessidade da cooperação principalmente da comunidade juntamente com o poder público (União, Estado e Município)”.

Outro ponto relevante a se levantar é o trabalho realizado pelos meios de comunicação no âmbito da segurança pública, isto devido formar opiniões e fomentar comportamentos de grande parte da população. Miki (2009) retrata bem a importância dos serviços e também a problemática criada pela mídia quando da divulgação de notícias distorcidas e manipuladoras, enfatizando que:

Num ambiente democrático, a participação da mídia (seja ela televisiva, escrita ou radiofônica) pode, paradoxalmente, tanto contribuir para a ampliação da discussão das questões relacionadas à segurança pública, como pode fomentar a criação de estereótipos, retificar preconceitos e consolidar sensos comuns já presentes no imaginário social, caso não seja feita de forma qualificada. (MIKI, 2009, p.07).

Assim, percebe-se que a mídia, em sua maioria, vem trabalhando sem mensurar o impacto que causam junto à sociedade, pois diversas matérias só aumentam o clima de insegurança pública e o distanciamento entre polícia e comunidade. A prioridade é vender e obter lucro, mesmo que repassando uma notícia incompleta ou falsa. Cruz (2009) enfoca que quando as notícias de violência são trazidas sem um contexto claro dos fatos a sociedade é levada a acreditar que está vivendo em uma cidade sem regras. As pessoas formam uma opinião própria de que a qualquer momento serão vítimas de criminosos. Esse clima de insegurança provocado pela mídia pode levar o indivíduo a se esconder do mundo em que vive, trazendo até mesmo problemas psicológicos.

Pires e Eilbaum (2009) também retratam as influências de algumas matérias na crescente sensação de insegurança e a necessidade de assessores de imprensa na defesa, ou pelo menos na suavização, de problemas expostos à sociedade.

A influência da mídia junto a sociedade é tão grande que pode, conforme bem salientou Rolin (2006, p.198), “alterar as sensibilidades diante do crime e da violência”. O autor destaca ainda que “a mídia pode cumprir um papel decisivo quanto à seleção das condutas identificadas como criminosas e/ou ameaçadoras”.

O discurso de “lei e ordem”, as demandas punitivas e a “inversão” produzida pelos noticiários aumentam a angústia pública diante da violência e promovem uma sensação de insegurança normalmente desproporcional aos riscos concretos. O mesmo processo inspira menor tolerância social e estimula formas agressivas de defesa. A mídia pode amplificar as chamadas “ondas de crime” e produzir o pânico entre pessoas. E, o que é mais grave ainda, quando essa forma de se relacionar com o crime e a violência é a regra, cria-se uma tendência de que as polícias respondam com mais prisões e, quase sempre, mais violência. Ocorre, também, que o poder judiciário passa a responder com sentenças criminais mais duras e que os políticos aprovam leis que criam novos tipos penais e agravam as penas. Como resultado, teremos mais violência e mais crime, o que conforma o fenômeno das “profecias que se autocumprem”. (ROLIM, 2006, p.198).

Um dos maiores desafios da mídia em relação à segurança pública, como bem menciona Caldeirinha e Albernaz (2009, p. 12) é a “construção de um jornalismo mais qualificado, responsável e que contribua para a construção de uma sociedade na qual a segurança pública seja entendida como direito e responsabilidades de todos”.

Os autores ainda dizem que:

A permanência ainda vigorosa da ideia de que a segurança pública seria atribuição exclusiva do Estado exerce uma forte influência sobre as escolhas das fontes de informação sobre as quais os jornalistas constroem suas pautas acerca do “problema da violência e da criminalidade”. (CALDEIRINHA E ALBERNAZ, 2009, p.14).

Assim, percebe-se a importância da mídia para a construção de uma segurança pública eficaz e eficiente, onde a população seja informada dos fatos ocorridos diariamente sem que seja instalado um clima de pânico nas pessoas, mas sim, a construção de um sentimento de luta conjunta no combate à insegurança pública. É preciso buscar despertar cada vez mais o sentimento de cooperação entre as pessoas, sendo os meios de comunicação essenciais para esse processo.

É necessário produzir um sentimento comum de que nós habitamos um mundo que é construído por todos e no qual todos temos o benefício de participar dessa construção conjunta. Talvez essa seja uma direção possível para melhorar um pouco o sentimento de segurança geral da sociedade, de uma sociedade que avança efetivamente na direção de produzir aspectos de proteção. (OLIVEIRA, 2009, p.46).

Portanto, é necessário cada vez mais a criação de mecanismos que interajam a polícia com a sociedades, criando parcerias efetivas e conscientizando toda população do seu importante papel na busca da segurança pública, fato esse que vem sendo implantado de forma gradativa no Brasil, através de um lento processo de filosofia de polícia comunitária. A cultura de que a polícia seria a única e exclusiva responsável pelo aumento da criminalidade foi dando espaço a um trabalho em conjunto, onde lideranças comunitárias passaram a reivindicar e dar apoio a ações de segurança pública.

Os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) surgiram para intermediar o contato entre moradores, polícia e autoridades constituídas, buscando estreitar relações e garantir o respeito à dignidade da pessoa humana. Como bem menciona o Manual da Gerência dos Conselhos Comunitários de Segurança e Direitos Humanos do Estado de Goiás (2012), a ideia do Conselho Comunitário de Segurança surgiu com o propósito de criar um espaço para que todos pudessem se reunir e pensar

estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança, tranquilidade e insalubridade da comunidade, guiados pela filosofia de polícia comunitária.

O referido manual diz ainda que:

O Conselho Comunitário de Segurança e Direitos Humanos é uma entidade de apoio às polícias estaduais com base na filosofia da polícia comunitária. Em outras palavras, são grupos de pessoas de uma mesma comunidade que se reúnem para discutir, planejar, analisar, e acompanhar as soluções de seus problemas de segurança. São meios de estreitar a relação entre comunidade e polícia, e fazer com que estas cooperem entre si. (GOIÁS, 2012).

Paralelamente aos CONSEGs foram surgindo diversas lideranças comunitárias, sendo que hoje é comum em quase todos os setores de Goiânia a existência de uma liderança que vem representar a comunidade na busca de melhorias e resolução de problemas junto a autoridades constituídas.

Na área³ que hoje pertence a 15ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) não foi diferente, pois os Líderes Comunitários percebendo o problema da insegurança buscou trazer a Polícia Militar de Goiás para perto e compartilhar suas angústias e problemas.

Apesar disso, é necessário a criação de mecanismos de apoio às lideranças comunitárias e aos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) em todas as regiões de nossa capital, pois boa parte da população desconhece a importância desses órgãos na construção de uma segurança pública de qualidade.

PROCESSO METODOLÓGICO

Pesquisar é buscar o saber, seja aprimorando um saber já existente ou adquirindo um saber novo. Sendo assim, neste trabalho foram utilizadas como método de pesquisa a entrevista e a revisão da literatura em artigos, revistas, livros, doutrinas e portais eletrônicos de credibilidade, materiais estes que em parte focam a participação da mídia e a corresponsabilidade entre Estado e sociedade nas ações que envolvem segurança pública, sendo de suma importância para uma bagagem teórica e conhecimento sobre o tema da pesquisa.

³ A 15ª Companhia Independente da Polícia Militar situa-se na região sudoeste de Goiânia, na Rua Mc8, s/n, Quadra 4, Lote Área, Setor Monte Carlos - Goiânia – GO. Hoje é responsável pela segurança de 133 bairros.

Visando corroborar e sedimentar os diversos entendimentos discutidos na revisão de literatura, foi utilizada a pesquisa de campo, pois se fazia necessário compreender os fatos e fenômenos o mais próximos da realidade. Esse processo foi essencial para explicar e concluir o tema proposto.

Inicialmente delimitou-se o campo da pesquisa, posteriormente foi escolhida como área de estudo a 15ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) do Estado de Goiás, situada na região sudoeste de Goiânia, no setor Monte Carlos. A escolha foi motivada devido a Companhia ter sido criada recentemente por intermédio da parceria entre Estado e comunidade. Desta forma, algumas perguntas se faziam necessárias para compreender essa união, tais como: Qual a influência dos representantes da comunidade junto aos moradores? As lideranças comunitárias e os moradores realmente participaram da construção da 15ª CIPM? Por que construir a 15ª CIPM? Existe uma participação social em ações que envolvem segurança pública?

Após delimitar o campo de pesquisa foi elaborado um roteiro de entrevista e escolhido um universo de pessoas para que fossem realizadas as entrevistas. Devido a completude do tema somente quem lida com segurança comunitária e está diretamente ligada a sociedade poderia entender e colaborar com o trabalho, assim, ficou estabelecido que o pré-teste seria realizado com os representantes da sociedade local.

O comandante da 15ª CIPM disponibilizou a Relação de Líderes Comunitários (2015) da companhia que atuam diretamente dentro da área da pesquisa. Na relação consta um total de treze líderes, dos quais foram escolhidos dois para a realização das entrevistas.

Foi realizado contato via fone com possíveis entrevistados e a escolha se deu devido a compatibilidade de horário. Assim, somente dois líderes puderam participar, sendo um presidente de CONSEG e um líder comunitário. O primeiro representa de fato e de direito a população local, pois possui mandato e deve seguir as diretrizes de um estatuto, já o segundo surgiu devido a iniciativa e espírito de liderança que possui junto a comunidade que representa.

Após analisar as entrevistas do pré-teste percebeu-se que os objetivos e resultados tinham sido alcançados. Assim, foi dada continuidade ao trabalho, sendo o pré-teste utilizado na discussão do problema da pesquisa, analisando-se os aspectos da corresponsabilidade e participação social nas ações de segurança pública dos moradores da área da 15ª CIPM.

Anota-se que não foram realizadas outras entrevistas devido a dificuldade em conciliar horários entre os representantes da sociedade, porém, sabemos que as entrevistas realizadas não esgotam o tema em discussão, contudo, os aspectos da corresponsabilidade e participação social nas ações de segurança pública dos moradores da área da 15ª CIPM pôde ser compreendida e analisada, chegando a uma correlação entre a parte teórica e prática.

Na discussão buscou-se a correspondência entre a parte teoria e as entrevistas, ficando evidente que existe uma tendência de aprimoramento e aumento gradativo da participação social em ações que envolvem a segurança pública.

Dentre as variáveis da pesquisa podemos destacar a participação social em ações de segurança pública na área da 15ª CIPM, a sensação de segurança ou insegurança após a criação da companhia, a efetividade das ações desenvolvidas através do policiamento comunitário, a parceria e contribuição entre polícia militar e lideranças comunitárias, as verbas e materiais destinados a lideranças comunitárias para a realização de trabalhos destinados a segurança pública e a corresponsabilidade.

ANALISE DOS RESULTADOS

Para verificar o grau de participação em ações de segurança pública dos moradores da área 15ª CIPM foi realizada entrevistas junto aos representantes da comunidade com base em um roteiro específico, buscando saber alguns pontos relevantes, como o motivo que levaram a criação da companhia? Como anda a sensação de segurança dos moradores? Se existe uma participação real em ações de segurança pública? etc.

Em entrevista realizada com um dos Líderes Comunitários da área da 15ª CIPM ficou demonstrado as dificuldades, a união dos moradores e os motivos que levaram a comunidade a lutarem para a construção da sede da Companhia. O entrevistado disse que:

[...] A 15ª CIPM surgiu através das lideranças comunitária de toda região: Veredas dos buritis, Bairro Goiá, Moinho dos Ventos, Setor Santa Rita. [...] Então as lideranças comunitárias, que eu já citei, estavam procurando um local para ser implantada, dentre os locais aqui da região este foi o mais adequado, mas antes, porém, foi feito uma consulta com a comunidade, mais do que viável, a comunidade aceitou, até porque dá mais segurança para a própria comunidade, [...] e hoje está aqui implantada. Foi criada então uma comissão de lideranças: Comissão permanente de segurança pública. Essa

comissão, ela atua em toda essa região, seja por qualquer motivo [...].
(LÍDER COMUNITÁRIO).

Assim, percebe-se que a Companhia foi construída pelos esforços conjunto dos moradores, que reformaram um prédio e criaram as estruturas para receber os policiais em uma área pertencente à Associação dos Moradores do Bairro Monte Carlos. Os materiais utilizados na reforma do prédio foram doados pelos próprios moradores, os quais além dos materiais doaram também a mão de obra e móveis. Depois de terminarem a reforma os moradores conseguiram vencer a burocracia, participando diretamente na inauguração da 15ª CIPM.

Em reportagem trazida pelo site do G1 no dia 13 de dezembro de 2013 os moradores e comerciantes mostraram a satisfação de ver o sonho realizado, sendo que um dos comerciantes relatou para a reportagem do G1 que: “Eu sinto orgulhoso por mim, pelo grupo que a gente formou. Hoje em dia esse grupo passou a ser uma família”. Já um morador relatou que: “para mim é gratificante e pra quem ajudou também é gratificante. E também será gratificante para toda a sociedade que vai receber esse benefício agora”.

A sociedade cada vez mais consciente e participativa das ações de segurança pública, sendo as lideranças comunitárias e os Conselhos Comunitários de Segurança de fundamental importância nesse processo.

Em entrevista realizada com um dos presidentes dos CONSEGs da área da 15ª CIPM ficou demonstrado que existe uma participação da sociedade na discussão de estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança e que essa participação vem crescendo. O entrevistado disse que “[...] antes o povo tinha medo de participar e hoje não [...]”. Já em relação aos meios utilizados nesse processo de aproximação o entrevistado ressaltou que “[...] a igreja faz parte dos métodos dos Conselhos [...]”. As reuniões para discutir ações de segurança pública acontecem em sua maioria dentro da igreja. Os comerciantes e pastores das igrejas chamam a sociedade a participar.

Antes de criar a 15ª CIPM a comunidade se sentia insegura e era menos participativa e hoje, como bem relata o presidente do CONSEG, houve uma melhora na sensação de segurança dos moradores, sendo o apoio da 15ª Companhia da Polícia Militar de fundamental importância. Já o outro entrevistado disse que “[...] não é somente eu que falo, a própria comunidade hoje fala. Trouxe segurança pra toda comunidade e isso melhorou muito. É lógico que cem por cento, isso jamais vai atingir [...]”.

A comunidade participa levando seus problemas a seus representantes, ou seja, aos líderes comunitários, pois estes são considerados o elo entre comunidade e Polícia Militar. Já as lideranças tem um papel fundamental nesse processo, como bem relata o entrevistado:

[...] lutam muito [...] a gente sempre esta próximo da Polícia Militar, principalmente da 15ª Companhia que aqui está. Tanto é que, nos seus eventos e reuniões, a gente participa junto com eles [...], participa com sugestões, junto com o comandante major Hrellner. Ele aceita nossas opiniões sempre, nos procura e convida para os eventos e confraternizações. Convidamos para que a gente esteja presente junto a eles. (LÍDER COMUNITÁRIO).

A união da polícia com a sociedade é essencial e tem trazido resultados positivos. Em sua fala o líder comunitário deixa claro que a aproximação traz benefícios à comunidade e que “a polícia precisa mais da aproximação da comunidade, [...] a aproximação ajuda, mas é pra melhorar o trabalho da própria polícia, da própria Companhia”. Em relação às melhorias ele relata que “melhorou muito, porque era uma onda de assalto muito grande, furtos a luz do dia e hoje ainda existe, mas, a polícia está mais presente, procurando impedir”.

A comunidade está lutando e fazendo sua parte, sendo necessário também uma maior participação dos órgãos governamentais.

[...] essa luta [...] não depende só da comunidade, ela já está lutando muito. Depende dos órgãos governamentais de onde vêm as verbas. Eu acho que nossa polícia, em nossa região, precisa de mais contingente humano, de mais viaturas e aparelhagem. A soma de um todo: a polícia, comunidade e governo vai dá um resultado positivo. (LÍDER COMUNITÁRIO).

A interação entre os policiais da 15ª CIPM tem contribuído para uma melhor participação e discussão dos problemas que envolvem a segurança pública. O líder comunitário disse que a própria polícia chama os moradores e comerciantes a participarem e que “[...] as portas estão abertas para quem quiser entrar, só ligar e marcar o horário com o próprio Comandante, que é o major, que ele atende [...]”. O presidente do Conselho Comunitário de Segurança enfatizou que hoje existe uma aproximação efetiva e participação entre Polícia Militar e CONSEG, isso devido o bom relacionamento que tem com o Comandante da 15ª Companhia Independente da Polícia Militar.

A participação da sociedade vem crescendo e o pensamento errôneo de que a segurança pública é responsabilidade somente da polícia vai deixando de existir. Isso se deve ao trabalho de conscientização que vem sendo desenvolvido principalmente pelos CONSEGs e Lideranças Comunitárias.

O presidente do Conselho Comunitário de Segurança enfatizou a liderança e influência que tem sobre a sociedade, dizendo que “tem vínculo com todos os moradores e comerciantes, aí a gente vai falando para eles que a responsabilidade da segurança não é só da polícia, é nossa. Então é um elo entre polícia e sociedade. Nós somos os representantes da sociedade”.

A liderança Comunitária entrevistada também falou do interesse da população em participar e de sua importância nesse processo evolutivo, dizendo que:

[...] a população está participando mais, até porque a gente vê a violência cada vez maior, então há um interesse maior da população. A gente como liderança fala isso para o povo, da importância da participação de cada um. Isso faz com que se tornem mais participativos. Hoje o líder comunitário é um elo entre a comunidade e polícia, expõe os problemas ali para a Companhia. (LÍDER COMUNITÁRIO).

Um dos fatores desencadeadores dessa participação são as reuniões comunitárias⁴ realizadas pela Polícia Militar, onde os segmentos que possuem capacidade de mobilizar a sociedade, ou seja, as forças vivas⁵, são convidadas a discutir problemas e encontrar soluções. Sobre a importância dessas reuniões o presidente do CONSEG disse que “é muito bom porque o povo se sente mais seguro, se acha mais próximo da polícia”. Já o outro entrevistado expôs que a reunião comunitária é uma oportunidade para dar sugestões, ouvir e interagir sobre diversos assuntos da reunião.

Com isso, evidencia-se que a Polícia Militar do Estado de Goiás, em uma visão inovadora, evoluiu significativamente ao instituir em seu Procedimento Operacional Padrão⁶ (POP) um tópico destinado exclusivamente a orientar seus integrantes quanto a realização das reuniões comunitárias, demonstrando a preocupação em buscar a excelência dos serviços prestados junto à comunidade.

⁴ O Procedimento Operacional Padrão (POP) da Polícia Militar do Estado de Goiás criou um procedimento (2010.04 – Reunião mensal de segurança pública) para estabelecer critérios de realização das reuniões comunitárias, ficando estabelecido que a reunião mensal de segurança comunitária é obrigação de cada Comandante da Unidade Policial Militar (UPM) e visa agrupar forças vivas atuantes nos quadrantes para discutir e estabelecer parcerias em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram e trabalham no quadrante com interesse direcionado para a segurança pública, com periodicidade mínima mensal.

⁵ Forças vivas podem ser definidas como o conjunto de entidades que buscam contribuir para uma melhor qualidade de vida e prosperidade de um lugar ou de uma região.

⁶ O POP da polícia Militar de Goiás constitui uma referência nacional por ser uma ferramenta simples, de fácil estudo e, quanto à sua aplicação, representa a base para garantir a padronização do serviço policial militar e assegurar à sociedade goiana um serviço de qualidade, previsível, livre de inconstâncias e adaptações fortuitas.

Uma forma de combater a insegurança é conscientizando a população, sendo que isso vem ocorrendo com a distribuição de dicas de segurança e folders educativos nas reuniões comunitárias. As forças vivas participam na confecção e distribuição desse material e veem os efeitos práticos junto aos moradores.

O líder comunitário relatou na entrevista que após a criação da 15ª CIPM as lideranças comunitárias mandaram confeccionar cartões e folders educativos para serem distribuídos na região e que “a própria comunidade e os comerciantes pegaram os telefones para colar nas paredes. Então as pessoas já se interessavam em ter um meio de comunicação com a Companhia na hora que fosse preciso”, facilitando assim o contato entre polícia militar e comunidade.

Elogiou essa forma de interação, mas enfatizou que existe a necessidade de buscar melhorias como “ter um pessoal mais capacitado, contingente maior, isso tudo é muito importante, a frota renovada é um sinal de melhoria, mas tem que melhorar sempre”.

Com esses esforços busca-se criar um sentimento conjunto de luta em prol da segurança pública, sendo que a mídia tem um papel fundamental neste contexto. É inegável a importância dos espaços abertos nos diversos meios de comunicação para a discussão das questões relacionadas à segurança pública, seja mostrando um problema ou abrindo oportunidade para debate.

Nesse contexto os representantes da sociedade devem buscar espaços junto a mídia para discutir os anseios de sua comunidade. Na entrevista com o líder comunitário percebe-se a importância desses espaços, pois é através deles que as lideranças conseguem expor e cobrar ações de segurança pública.

Dez dias atrás nós participamos de um debate de lideranças comunitária no canal da fonte TV em Goiânia, onde lá só tinha lideranças comunitárias levando os problemas de sua comunidade, falando os problemas, falando para o governo. A liderança comunitária é uma formiguinha, ela é minúscula, isso já é um grande passo. Então é um apoio muito importante que a mídia está dando para as lideranças. Isso é um grande passo, hoje, por exemplo, assistimos um jornal e a gente vê o problema de um bairro, onde seu líder chamou a imprensa para mostrar. (LÍDER COMUNITÁRIO)

Contudo, o papel que a mídia deveria desenvolver junto à sociedade nem sempre é cumprido, pois as Lideranças Comunitárias dependem do apoio, de espaços abertos nos meios de comunicação para divulgar e chamar a comunidade para sua responsabilidade. Nesse sentido o presidente do CONSEG entrevistado disse que:

Nós não temos nenhum apoio da mídia e muitas das vezes a mídia não tem quase nenhum conhecimento dos CONSEGs, [...] os meios de comunicação criticam muito o policiamento, muitas vezes quando tem uma coisinha, o

mínimo, depois ela joga na mídia muito diferente. (PRESIDENTE DO CONSEG).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos Conselhos Comunitários de Segurança e Líderes Comunitários o trabalho para a construção de uma segurança pública de qualidade vem sendo desenvolvido. Desmistificando o mito de que polícia não se aproxima da sociedade, as lideranças vêm conseguindo, cada vez mais, fazer com que a sociedade participe das ações que envolvem a segurança pública. Como bem expos o líder comunitário, “antigamente existia o mito de que a liderança e polícia não se aproximavam, mas de um tempo pra cá, [...] eu sinto que a polícia esta pronta para receber qualquer pessoa”.

Cada um tem o seu papel nessa jornada:

A liderança comunitária hoje esta fazendo o seu papel de liderança comunitária e o CONSEG fazendo o dele. O líder atua na sua comunidade, onde ele esta presente ouvindo o povo daquela comunidade e levando o problema daquele local para a polícia. (LÍDER COMUNITÁRIO).

Sobre essa atuação junto a comunidade o presidente do CONSEG disse que:

A participação é o seguinte, a gente trabalha em conjunto, a gente trabalha com a comunidade e passamos para a polícia, do que necessita o policiamento na nossa região, no nosso setor, por exemplo, eu vejo, eu ando na região, uma pessoa conta, “olha aqui tá desse jeito, anoite tem muito tráfico, roubo, assaltos em ponto de ônibus”, então eles vão passando para a gente e a gente passa e cobra da polícia, do nosso comandante. (PRESIDENTE DO CONSEG).

A contribuição dos CONSEGs e das Lideranças comunitárias para a construção de uma segurança pública de qualidade é imprescindível. O trabalho é árduo, nesse sentido relatou o presidente do Conselho Comunitário de Segurança, o qual expôs que apesar de o Estatuto dar todo o aparato de arrecadar verbas para os Conselhos, estes em sua maioria ainda não contam com a participação financeira de órgãos, sejam municipais ou estaduais, para a compra de materiais e contratação de pessoal. Ele reiterou que “os gastos é do meu próprio salário. [...] quando faço um evento, aí eu peço arrecadação dos membros, assim, 10 reais para fazer uma reunião, fornecer o lanche”.

O trabalho desenvolvido não se resume a combater a criminalidade, mas também em ações sociais. Um dos trabalhos desenvolvidos pelo presidente do CONSEG entrevistado tem por objetivo evitar que crianças se envolvam com drogas, que fiquem nas ruas sem nenhum lazer. São ministradas aulas de futebol para as crianças carentes duas vezes por semana e aos sábados elas são levadas para participar de campeonatos. Apesar de o Estatuto dos CONSEGs prever a participação de órgãos

governamentais em ações de segurança pública o trabalho que hoje é desenvolvido depende de doações, sendo uma luta contínua que envolve perspicácia e dedicação.

A participação aqui é só mesmo dos moradores, apesar de todos os órgãos terem vínculo no Estatuto. Nunca foi necessário agente procurar esses órgãos, porque hoje tá tão difícil de procurar esses órgãos para ajudar. Eu vou à Secretaria de Esporte e Lazer atrás de bola para desenvolver esse trabalho da criança, para tirar a criança da rua. A gente não tem o respaldo. O trabalho com as criança é realizado só com o apoio da comunidade, dos pais e o meu mesmo.[...]. Para pagar um transporte eu peço uma coleta de 5 reais, para levar um transporte para fora e quando não tem é eu que tenho que arcar com ela. Um campinho de terrão né, mas tem aula duas vezes por semana e o jogo oficial aos sábados, então é três vezes por semana. (PRESIDENTE DO CONSEG).

Além do trabalho social envolvendo crianças o presidente do CONSEG disse ter outros trabalhos, como o da alfabetização dos idosos e jovens acima de 16 anos e o da horta comunitária. Estes projetos indiretamente refletem na segurança pública, na qualidade de vida do cidadão, criando oportunidades que foram omitidas pelo Estado.

Trabalhos importantíssimos que se mantêm a custa da dedicação de pessoas valorosas, que não são reconhecidas pelo Poder Público.

[...] a gente tem que ser mais visto nos órgãos, pelas autoridades, principalmente o Estado, porque aqui agente trabalha como voluntário do Estado. [...] Eu não tenho ajuda do Estado nem da prefeitura, o professor da escolinha [...] eu peço para ele ajudar, porque ele tira o dia de trabalho dele para poder ajudar no trabalho das crianças, nos não temos nenhum apoio. [...] esse trabalho que agente tem é que necessita de apoio, não é nem de salário, é de infraestrutura. O campinho de futebol foi eu que mandei fazer. Eu tinha uma sala da associação alugada, eu pagava o aluguel do meu salário, quer dizer, eu ganho mil e cem reais e 40% fica no trabalho social. Se os órgãos públicos que tem verba tá diminuindo os gastos e eu que ganho mil e cem [...]. (PRESIDENTE DO CONSEG).

Ações como estas demonstram que existem pessoas que acreditam em uma melhor qualidade de vida, que possuem um ideal de ajudar o próximo. Isso faz que cresça cada vez mais a participação social em ações de segurança pública na área da 15ª Companhia Independente da Polícia Militar.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados entende-se que segurança pública não se resume a uma questão de polícia, sendo algo extremamente complexo e que envolve um conjunto de atribuições e responsabilidades não só por parte do Estado, mas também de toda população. Assim, mister se faz a compreensão da sociedade de sua

importância nesse processo de construção de uma segurança pública de qualidade, conhecendo seus direitos e também obrigações, chamando para si responsabilidades através de ações sociais destinadas a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, garantido um ambiente saudável para se viver.

Nesse processo ficou evidente a relevância dos meios de comunicação na busca do bem estar social. No entanto, percebe-se que a mídia tende a formar um estereótipo na sociedade, fomentando um clima de insegurança pública e o distanciamento entre polícia e comunidade.

É notória a indispensabilidade da participação da sociedade nas ações de segurança pública, sendo o trabalho das lideranças comunitárias e CONSEGs de suma importância para a implantação de um vínculo efetivo entre Polícia Militar e Comunidade. Essa união é imprescindível na identificação de problemas e no controle dos fatores de risco de múltiplas origens, auxiliando no traçar de metas efetivas que vão ao encontro de um estado de serenidade.

Na área da 15ª Companhia Independente da Polícia Militar percebe-se que cresce cada vez mais a participação da sociedade na discussão de estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança e que as lideranças comunitárias e CONSEGs são ferramentas essenciais para propiciar essa interação. Eles enfrentam dificuldades financeiras e estruturais em prol de uma causa coletiva, trabalhando juntamente com a Polícia militar em ações de segurança pública e também em ações sociais.

A sociedade é convidada a participar e contribuir, sendo que para isso é utilizada a influência das lideranças comunitárias e dos CONSEGs. Essa integração e organização são extremamente necessárias para criar um envolvimento conjunto na luta em prol da segurança pública, trazendo conscientização, participação e um sentimento de dever cumprido.

Os entrevistados evidenciaram o crescimento da participação social nas ações de segurança pública, onde os moradores participam de reuniões comunitárias e debatem com a polícia sobre seus problemas e angústias, ajudam a dar suporte logístico, como ocorreu quando da construção da 15ª CIPM, confeccionam panfletos com dicas de segurança que buscam conscientizar a população e prevenir a ocorrência de crimes, dificultando ou mesmo inibindo ações criminosas, dentre outras ações que visam ajudar na construção de uma segurança pública de qualidade.

Assim, diversas ações essenciais são desencadeadas com o apoio dos representantes da comunidade, que utilizam de seu prestígio e confiança junto a comunidade para o chamamento e demonstração da importância da cooperação de cada cidadão nesse processo.

Portanto, a sociedade está se conscientizando da sua responsabilidade na busca da segurança pública. Desta forma, participam de reuniões e apresentam suas demandas de inseguranças, auxiliando a polícia militar a traçar estratégias e metas, garantindo uma melhor qualidade de vida para comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Lúcio Alves de. O paisano, a política e a “comunidade”: a polícia na encruzilhada. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo. V. 5, n.3, p. 160-184, Ago./Set. 2009. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/58/56>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, (DF): Senado, 1988.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CALDEIRINHA, Daniela; ALBERNAZ, Elizabete. Mídia e Segurança pública: um balanço. **Cadernos temáticos da Conseg**. Brasília-DF. Ministério da Justiça, n. 07, P.12-18, Ano I. 2009.sier

COMUNITÁRIO, Lider; CONSEG, Presidente. **Participação social em ações de segurança**. Goiânia, 2015. Entrevista.

CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. **A influência da mídia na percepção da violência: as comunicações e denúncias à Central de Emergência 190**. 2009. 82 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wpcontent/uploads/2010/06/Tercia-M.-F.-da-Cruz.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

G1. **Moradores reformam prédio da PM por conta própria, em Goiânia**. Goiânia, 30 dez 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/12/moradores-reformam-predio-da-pm-por-conta-propria-em-goiania.html>> Acessado em: 08 de fev. 2015.

GOIÁS. Gerência dos Conselhos Comunitários de Segurança e Direitos Humanos do Estado de Goiás. **Constituindo um CONSEGS**. Manual. CONSEGS, Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://conseg.ssp.go.gov.br/11/01/2012/constituindo-um-consegs-%E2%80%93-manual>>. Acessado em: 08 de fev. 2015.

_____. PM. 15ª CIPM. **Relação de líderes comunitários**. Goiânia, 2015. (anotações pessoais da 15ª CIPM)

HIPÓLITO, Marcelo Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantalho**: uma polícia orientada para a solução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012. 248p.

KAHN, Túlio. **Velha e nova polícia**: polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual. São Paulo: Sicurezza, 2002.

LEAL, César Barros; HEITOR PIEDADE, Junior. **A violência multifacetada**: estudos sobre a violência e a segurança pública. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 484 p.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovani Cardoso. **Polícia comunitária**: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005. 104 p.

MICHELONI, Daniela Carnicer. **O policiamento comunitário como instrumento de garantia da segurança do cidadão**. 2003. 93 p. Monografia (Graduação em Direito). Faculdade de Direito de Presidente Prudente, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/180/181>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MIKI, Regina. Mídia e segurança pública: Carta da Coordenadora. **Cadernos temáticos da Conseg**. Brasília-DF. Ministério da Justiça, n. 07, P.07-08, Ano I. 2009.

MORAES. Alexandre de. **Direito Constitucional**. 26. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius. Segurança Pública e desigualdade social: desafios para uma política de Segurança Pública democrática. **Cadernos temáticos da Conseg**. Brasília-DF. Ministério da Justiça, n. 07, P.39-47, Ano I. 2009.

PIRES, Lenin; EILBAUM, Lúcia. **Políticas públicas de segurança e práticas policiais no Brasil**. 2. Ed. Niterói: EdUFF, 2009.

ROLIN, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no Século XXI. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 311p.

ROTEIRO ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA A LÍDER COMUNITÁRIO

- 01) Quais os motivos que levaram os moradores e líderes comunitários a lutarem para a criação e implantação da sede da 15ª CIPM no Setor Montes Carlos?
- 02) Após a inauguração da 15ª CIPM o (a) senhor (a) percebe que houve uma melhora na sensação de segurança dos moradores?
- 03) Hoje existe uma aproximação efetiva e parceria entre líderes comunitárias e Polícia Militar na discussão dos problemas relacionados à Segurança Pública?
- 04) Qual o ponto de vista do Sr(a). sobre a união da polícia com a sociedade? Essa parceria tem trazido resultados positivos? O que pode ser feito para melhorar e trazer mais credibilidade nessa nova forma de policiamento?
- 05) Qual a participação dos moradores e comerciantes? Eles têm contribuído na discussão e busca de soluções que envolvem a Segurança Pública?
- 06) Na opinião do Sr(a). qual a importância das reuniões comunitárias realizadas pela 15ª CIPM no que tange a busca de uma Segurança Pública de qualidade?
- 07) Os meios de conscientização (palestras, dicas de segurança, folders educativos, etc.) trazidos pela 15ª CIPM nas reuniões comunitárias estão surtindo efeitos práticos? É preciso aprimorar ou modificar algo?
- 08) A sociedade está se conscientizando de sua responsabilidade na área de Segurança Pública ou ainda persiste o mito de que essa responsabilidade é exclusiva da polícia?
- 09) O que o Sr(a). pensa sobre a participação da mídia nas ações de segurança pública. A mídia tem ajudado a Polícia Militar e Líderes Comunitários a provocar a discussão

sobre medidas de segurança e controle da criminalidade ou é limitada a noticiar crimes e criticar as autoridades constituídas? Por que desta opinião?

- 10) Qual a importância da participação dos CONSEGS e líderes comunitários nas ações que envolvem a Segurança Pública?

ROTEIRO DE ENTREVISTA A PRESIDENTE DO CONSEG

- 01) Na opinião do (a) senhor (a) existe uma participação efetiva da população dentro dos CONSEGS para a discussão de estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança, orientados por uma filosofia de polícia comunitária?
- 02) Após a inauguração da 15ª CIPM o (a) Senhor (a) percebe que houve uma melhora na sensação de segurança dos moradores?
- 03) Hoje existe uma aproximação efetiva e parceria entre CONSEGS e Polícia Militar na discussão dos problemas relacionados à Segurança Pública?
- 04) Na opinião do Sr(a). qual a importância das reuniões comunitárias realizadas pela 15ª CIPM no que tange a busca de uma Segurança Pública de qualidade?
- 05) Os meios de conscientização (palestras, dicas de segurança, folders educativos, etc.) trazidos pela 15ª CIPM nas reuniões comunitárias estão surtindo efeitos práticos? É preciso aprimorar ou modificar algo?
- 06) A participação da sociedade vem crescendo ou ainda persiste o mito de que a responsabilidade pela Segurança pública é da polícia?
- 07) O que o Sr(a). pensa sobre a participação da mídia nas ações de segurança pública. A mídia tem ajudado a Polícia Militar e CONSEGS a provocar a discussão sobre medidas de segurança e controle da criminalidade ou é limitada a noticiar crimes e criticar as autoridades constituídas? Por que desta opinião?

- 08) Qual a importância da participação dos CONSEGS e líderes comunitários nas ações que envolvem a Segurança Pública?
- 09) O CONSEG como entidade de apoio a filosofia da polícia comunitária, gera gastos, qual a fonte de verba utilizada? Existe alguma verba municipal ou estadual destinada aos CONSEGS em nossa capital?
- 10) Qual o grau de participação de outros órgãos, seja municipais ou estaduais, na busca de soluções referente à segurança pública na área do CONSEG?
- 11) O senhor tem alguma sugestão ou Crítica?
- 12) Existem outros projetos desenvolvidos pelo CONSEG?